

Fuga do Terceiro Mundo

Ruy Martins Altenfelder Silva

O relatório anual do Banco Mundial (Bird) *Perspectivas Econômicas Globais*, que inclui o Brasil entre as cinco potências emergentes que deverão transformar-se em gigantes da economia no próximo século, estabelece alguns fatores condicionantes para que o prognóstico se confirme. Entre os requisitos há um item fundamental, que passou quase despercebido perante a opinião pública. Trata-se da capacidade das nações candidatas ao Primeiro Mundo de reverter suas deficiências na área do ensino e da educação. Segundo o estudo, é indispensável a sua adaptação à integração global, inclusive no que tange à formação de recursos humanos capazes de lidar com tecnologias cada vez mais sofisticadas.

Nesse aspecto em particular, o Brasil tem imenso desafio a vencer. A Organização para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), agência especializada da ONU, situa o ensino nacional (pasmem!) como o terceiro pior do mundo, à frente apenas de Bangladesh e de Guiné-Bissau. Os indicadores realmente assustam: vinte milhões de brasileiros com mais de 14 anos são analfabetos; cinquenta milhões de adultos não passaram da primeira

série do 1º Grau, sendo classificados como analfabetos funcionais; dez milhões de crianças entre três e seis anos — num universo de quatorze milhões — não freqüentam a pré-escola; de cada cem crianças matriculadas no 1º Grau, somente 33 concluem a oitava série.

O quadro denuncia que, ao longo do século, o país encarou o ensino com profundo descaso. Felizmente, parece despertar na nação a consciência de que é necessário reverter o processo histórico. No entanto, a tarefa — considerados o custo do investimento social e o curto prazo que as rápidas transformações do mundo impõem à redefinição do ensino brasileiro — não poderá ser realizada exclusivamente pelo setor público. É imprescindível o engajamento da sociedade civil. O governo federal já sinalizou que o ensino é uma das prioridades nacionais e chama as entidades, empresas e organizações não-governamentais à parceria.

Surgem exemplos importantes de que a sociedade civil organizada está entendendo sua importância no processo. O engajamento do setor privado ficou muito claro no Prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho, que visa a incentivar o

ensino de jovens e adultos, cuja cerimônia de entrega ocorreu recentemente no Palácio do Planalto, em Brasília. Um dos trabalhos premiados foi o Telecurso 2000, iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Fundação Roberto Marinho, que tem utilizado a televisão para levar o ensino a casas, escolas, presídios e instituições que atendem crianças e jovens, nas mais remotas regiões brasileiras. Tal estratégia é importante num país onde há 33 milhões de aparelhos de TV.

A parceria entre o Estado e o setor privado também se expressou no Prêmio Incentivo à Educação Fundamental, promovido pelo Ministério da Educação e a Fundação Santista, que ofereceu aos professores do ensino fundamental público a oportunidade de propor novos modelos pedagógicos, apresentando trabalhos referentes à sua experiência em sala de aula, capazes de reduzir a repetência e a evasão escolar e de melhorar o grau de aprendizagem dos alunos. Foram inscritos nesse prêmio mais de oitocentos trabalhos, em todo o país, cuja qualidade é surpreendente, inclusive na direção de despertar nas crianças a consciência da cidadania.

Outro indicador da vontade política do Brasil no sentido de buscar a melhoria da educação é a emenda constitucional, já aprovada, que destina R\$ 15 bilhões ao ensino no ano letivo de 98 (com isso, o ensino fundamental terá R\$ 2,3 bilhões a mais do que em 97). É importante notar que 60% daquele montante serão destinados à melhoria dos salários do magistério, que ainda, lamentavelmente, estão muito aquém da importância estratégica dos professores no contexto do desenvolvimento nacional. Também é significativo o fato de que, no próximo exercício, 15% de toda a arrecadação, da União, estados e municípios serão aplicados no ensino fundamental.

As metas estão devidamente delimitadas. Ampliá-las e cumpri-las, conferindo eficiência prática aos investimentos, inclusive os da iniciativa privada, são compromissos inalienáveis com o futuro próximo. Para o Brasil, o resgate do ensino é a única rota de fuga do Terceiro Mundo, em direção ao vaticínio do Bird.

■ Ruy Martins Altenfelder Silva, advogado, é presidente da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) e diretor-geral do Instituto Roberto Simonsen (IRS), da Fiesp/Ciesp